SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO – CAU/ES

ATA DA 42ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Início:19h.....

Término: 22h15min.....

Local: Auditório da Sede do CAU/ES, Rua Hélio Marconi, 58, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP: 29050-690.....

Presenças: Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho** (Presidente). **Conselheiros Estaduais:** Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**, Arq. e Urb. **Alberto Bernabé Kirchmayer**, Arq. e Urb. **André Luiz de Souza**, Arq. e Urb. **André Tomoyuki Abe,** Arq, e Urb. **Marco Antônio Cypreste Romanelli,** Arq. e Urb. **Paulo César Mendes Glória** e Arq. e Urb. **Regina Márcia Costa Signorelli. Convidados:** Arq. e Urb. **Clemir Regina Pela Meneghel,** Arq. e Urb. **Elisa Melo Oliveira**, Arq. e Urb. **Mônica Fittipaldi Binda**, Arq. e Urb. **Vivian Coser Sette Ferraço** (conselheiras suplentes), Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro** (Presidente do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Espírito Santo – Sindarq-ES) e Arq. e Urb. **Maria de Lourdes da Silva Oliveira**. **Assessoria ao Plenário: Patricia Cordeiro. Secretaria**: **Wiviane Lombardi Broco Funcionária**: **Sandra Milanez Grechi**.....

ITEM I – Verificação do quórum – Constatado o quórum regimental com a presença de oito conselheiros. **ITEM II – Execução do Hino Nacional Brasileiro** – O presidente **Tito Carvalho** convidou a todos para ficarem de pé e entoar o Hino Nacional Brasileiro. **ITEM III - Abertura dos trabalhos e aprovação da pauta** – O presidente **Tito Carvalho** declarou abertos os trabalhos, agradeceu a presença de todos e em especial agradeceu a presença do presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pernambuco – CAU/PE, Roberto Montezuma Carneiro da Cunha. Fez a leitura da pauta, dando aos conselheiros que desejassem a oportunidade de sugestão de modificação. Não havendo manifestação o presidente submeteu a pauta a votação e aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **ITEM IV – Leitura e aprovação da Ata da 39ª Sessão Plenária Ordinária** – O presidente **Tito Carvalho** propôs que a leitura e aprovação da Ata da 39ª Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES seja adiada para a próxima Sessão Plenária. Submeteu a proposta a votação e aprovação, sendo aprovado por unanimidade. **ITEM V – Palestra com o arq. e urb. Roberto Montezuma, presidente do CAU/PE: "Estatuto da Metrópole – A Cidade do Século XXI"** – O presidente

Tito Carvalho disse que decorrente das pautas que envolvem questões estratégicas e operacionais, as vezes não há espaço para o plenário refletir com mais maturidade sobre a missão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, mas que é preciso que de tempos em tempos, haja um debate com temas específicos e com maior profundidade possível. Ressaltou que para atender à grande demanda dos profissionais arquitetos e urbanistas a primeira gestão estava voltada a estruturação básica: funcionamento, treinamento, contratação de equipes, legislação, processos, entre outros. O presidente **Tito Carvalho** disse que já na gestão atual, naturalmente foi surgindo a necessidade de dar outras respostas em relação aos questionamentos sobre as cidades e não somente aos profissionais. Enfatizou que a construção de uma resposta coletiva, elaborada pelo Conselho é desafiadora e complexa, mas muito rica. Então nesse sentido, esse desafio não ocorre somente no Espírito Santo, mas no Brasil inteiro. Informou que no intuito de construir essas mensagens para a sociedade, aproveitamos a oportunidade da presença do colega Roberto Montezuma, presidente do CAU/PE, indicado para fazer uma palestra, que ocorreu no dia 22 de agosto de 2017, na Universidade Vila Velha, com apoio da Associação de Empresários de Vila Velha - ASEVILA e a Movimento Vida Nova Vila Velha - MOVIVE, em um movimento de qualificação para o debate eleitoral sobre a cidade. O presidente **Tito Carvalho** disse que as associações se prepararam, buscando um nível maior de conhecimento, com a participação do CAU, para conversar com os candidatos as eleições municipais. Esta ação faz parte da Comissão de Política Urbana e Ambiental, que é temporária, mas vai prosperando para construção de um debate permanente com relação à produção das cidades. O presidente do CAU/ES, **Roberto Montezuma** agradeceu a acolhida recebida nessa segunda visita ao Espírito Santo e relatou sobre a experiência no curso da AA Architectual Association, na Inglaterra, com um professor filósofo que dizia: "*Como pode os anos 80, a gente desmontar o planejamento das cidades? Não pode uma cidade viver sem planejamento, e acreditar que o planejamento vem só de baixo para cima. Não é possível, porque tem um conhecimento que é específico. Como pode a cidade ser toda feita por pedaços, e depois dar certo? É preciso uma leitura inteira dessa cidade",* e sobre a experiência de liderar uma pesquisa para montar um livro sobre A Arquitetura Brasileira na comemoração dos 500 anos. O presidente do CAU/ES, **Roberto Montezuma** contou que foi convidado para coordenar o 19º Congresso Brasileiro de Arquitetos e em seguida com a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo foi presidente do CAU/PE da primeira gestão em 2012/2014, onde permanece presidente da segunda gestão. Ressaltou que o CAU/PE desenvolveu o projeto estratégico do CAU, criando eixos, e com apoio de duas universidades de Pernambuco foi elaborado uma parceria entre o Brasil e a Holanda para elaboração de um Workshop. Disse que em paralelo, em 2012, o CAU/PE visitou os prefeitos apresentando o documento que foi construído em partes: "para se mudar

uma cidade, ela precisa ter conceito, com um planejamento de longo prazo, com um corpo técnico qualificado e permanente discutindo essas coisas, produzindo e revisando, uma gestão democrática de desenvolvimento urbano e territorial". **ITEM VI – CPUA-CAU/ES: Apresentação do documento e ações do CAU/BR e CAU/UF para o debate da Arquitetura e Urbanismo na Campanha Eleitoral** – O presidente **Tito Carvalho** passou a palavra para o presidente do CAU/PE, **Roberto Montezuma.** Informou que o Fórum de Presidentes do CAU está discutindo sobre as Eleições Municipais 2016 para produzir um documento oficial do CAU que será encaminhado aos candidatos a prefeito. Disse que o tema da Organização das Nações Unidas – ONU-HABITAT III é "A Cidade que Precisamos" e o CAU está elaborando um documento internacional para contribuir nesse debate. Enfatizou ainda que o documento está sendo construído a nível nacional, mas que a realidade de cada região deve ser respeitada. E o documento deve sensibilizar os gestores e toda a sua equipe para uma transformação, no momento em que os movimentos sociais estão exigindo mudanças, a discussão não é mais arquitetura isolada, mas arquitetura que forma a cidade. Sugeriu ao presidente Tito Carvalho que apresentasse o documento elaborado pelo CAU/BR para apresentar aos prefeitos. O presidente **Tito Carvalho** solicitou que a gerente geral Patricia Cordeiro realizasse a leitura do documento e sugeriu que o plenário fizesse algumas reflexões ao longo da leitura: Essa mensagem nos representa? Devemos utilizar uma parte, por inteira ou transformar e adequá-la? Até que ponto cada um de nós, no seu ambiente do dia a dia está disposto a propagar a mensagem? Até que ponto conseguiremos mobilizar as escolas para promover esse debate? Considerando uma comunidade de 2.500 profissionais e 3.000 alunos aproximadamente, onde cada um dia divulgue para duas ou três pessoas, facilmente um público de 20.000 pessoas serão atingidas. A gerente geral **Patricia Cordeiro** fez a leitura da *"Carta aberta aos candidatos a prefeitos e vereadores. Qual a Cidade que Precisamos? Impacto pela Qualidade das Cidades."* O conselheiro **Marco Romanelli** relatou algumas considerações referente ao documento apresentado, destacando alguns pontos do documento que considera que mereçam reflexão. Questionou o uso da expressão "transportes públicos", para evitar a interpretação de que se reivindicam sistemas de transporte financiados exclusivamente pelo estado. Questionou também a expressão "plano na escala da quadra, da rua e do lote", afirmando que, nessa escala, seria mais adequado o conceito de "regulamento", até porque é a noção que embasa a gestão que efetivamente aplicada nas cidades, apesar de quase sempre ser chamada de "plano". Sobre as assim chamadas "fachadas ativas", lembrou que, em se tratando do comércio e dos serviços voltados para a rua, não tem a mesma chance de sucesso em qualquer localização, porque dependem dos fluxos da rua. Sobre as "favelas", mencionou que o texto pode dar a entender que a requalificação desses espaços só depende de arquitetura

e equipamento, sem atentar para a necessidade frequente de revisão completa da delimitação dos espaços públicos. No tocante às licitações de projetos, lembrou que a licitação somente técnica é o concurso, uma vez que, nessa modalidade, o preço é previamente acertado. Finalmente, fez ponderações sobre a tradição brasileira que chama os diversos regulamentos urbanísticos de "planos" e, assim, não percebe que, na verdade, vive sem os planos verdadeiros. O presidente do Sindarq-ES, **José Carlos Loureiro** elogiou o texto e fez algumas considerações: tem uma contradição no início do texto dizendo que "eu quero arquitetura e urbanismo para todos", mas na parte principal onde mais falta arquitetura e urbanismo (nas favelas), tem uma passagem superficial. Disse que se fala sobre mobilidade, mas esquecem que as pessoas que moram no alto, são mais pobres, mais velhas e sobem 400 degraus de escadas, e que é preciso repensar o processo de planejamento e urbanização de favelas, porque não é só qualificar o espaço, mas tem que falar de qualidade, mobilidade, arquitetura e urbanismo para todos mesmo. Ressaltou que o Ministério das Cidades já criou vários planos que foram engavetados porque não há uma conexão entre o plano e uma equipe técnica para implementar o que foi pensado. Propõe que o último parágrafo seja mais incisivo neste aspecto. O conselheiro **Paulo Glória** disse que faria duas pequenas considerações no texto. Na parte que fala: "*sustentável modelo de crescimento que colapsou",* onde substituiria a palavra crescimento por desenvolvimento, porque crescimento não é desenvolvimento. Uma cidade pode-se desenvolver sem crescer ou mesmo tendo uma diminuição, como ocorrido com a queda do muro de Berlim, a cidade Leipzig teve um maior índice de desenvolvimento, mesmo tendo perdido 60% dos domicílios. E na parte que fala: "*crescimento pessoal e coletivo*", também substituiria por desenvolvimento. Disse que crê que o maior problema das cidades hoje é a descontinuidade de planos ou regulamentos e que Vitória se tornou uma das cidades mais bonitas do Brasil, porque começou a utilizar os planos plurianuais, dando continuidade, independentemente de cor partidária, como também acontece na cidade de Recife/PE. O conselheiro **Alberto Kirchmayer** ressaltou que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo é uma autarquia federal criada em defesa da sociedade, não dos arquitetos e urbanistas, não da arquitetura, mas que para a sociedade é importante que seja executada de boa forma essa arquitetura e que o CAU/ES deve além de fiscalizar e aperfeiçoar a parte burocrática do Conselho, também deve contribuir nesse debate. Disse que achou o texto um pouco estatizante no seguinte aspecto: devido à falta de recursos financeiros da maior parte dos municípios, não podemos esperar investimentos em obra e infraestrutura, principalmente em transporte coletivo, se não for contemplado o investimento privado para contribuir nesse desenvolvimento. Concluiu dizendo que se os arquitetos e urbanistas fizessem parte da cadeia produtiva e participasse do processo do mercado imobiliário (construtores, empreendedores e empresários) poderiam

contribuir com mais qualidade. O conselheiro **André Abe** disse que em muitos casos não adianta atacar alguns desses problemas citados pelo presidente do Sindarq-ES, José Carlos Loureiro, porque outros virão como consequência das questões estruturais que permanecem. Para transformação da terra em mercadoria, não se dá somente pelo mercado imobiliário, se dá em todos os níveis, inclusive pelo favelado. Ressaltou que a existência de planos e de técnicos não seria garantia suficiente para que houvesse governabilidade, mas que o papel desse Conselho é lutar para que hajam conceitos e demonstrações técnicas, principalmente no quesito territorial, onde há regulamentações, mas não há um desenho amplo, no sentido físico, natural e social. A falta de planejamento e de plano são questões socioeconômicas e políticas. A arq. e urb. **Maria de Lourdes Oliveira** concordou que o plano diretor não é plano nem regulamento, e que a função social das cidades da propriedade está estabelecida no plano diretor pela constituição, não sendo um processo simples a mudança do nome. Concorda também que a arquitetura e urbanismo deve ser para todos, mas não há uma contextualização explicita da forma de alcançar o todo. Ressaltou sua preocupação com relação a representatividade na composição dos Conselhos das cidades. Achou conceitualmente a carta muito interessante, mas para cidades maiores. Relatou que durante a Conferência das Cidades, visitou alguns munícipios pequenos, onde os problemas maiores são na área rural, mas o Plano Diretor só contempla a área urbana. Disse que os arquitetos e urbanistas devem se debruçar para levar infraestrutura para estes municípios, porque a integração da cidade com a área rural só existe no papel, no estatuto da cidade. A conselheira **Mônica Binda** relatou que a elaboração da carta é um posicionamento que o CAU deve ter. Ressaltou que há ressalvas na carta, mas a mesma é válida para identificar, discutir e resolver os problemas da cidade, como por exemplo as questões das áreas menos favorecidas. Sugeriu uma ação nacional, por parte do CAU/BR, para elaboração de uma lei exigindo que haja arquiteto e urbanista em cada prefeitura para que os planos e/ou planejamentos possam ter continuidade. A conselheira **Regina Signorelli** relatou que a fala "arquitetura e urbanismo para todos" é um jargão, com uma amplitude que não passa a ideia consistente, onde todos os problemas das cidades e prefeituras foram descritos, resultando em uma extensa carta. Baseando-se na sua experiência em prefeitura, questionou qual o momento para falar sobre as questões das licitações para implantação de escolas, unidades de saúde ou outros equipamentos, onde há desapropriação das áreas, elaboração dos projetos, execução de obras, afastamento, taxa de ocupação e análise do sistema viário sem uma integração das secretarias municipais, levando a implantação sem um estudo sobre a cidade, como um todo. Apontou como um problema a falta de integração entre os diversos técnicos de uma prefeitura com qualificações diversas, mas que se encontram fisicamente separados. Acredita que falta no texto a integração dos arquitetos e urbanistas junto com a sociedade para planejar e

resolver as questões da cidade, exemplificando a requalificação e revitalização do Centro de Vitória. O conselheiro **André Luiz** relatou que é um ideário que seria importante a realização, mas como projeto que instigue a sociedade e pontualmente instigue esse momento pré-eleitoral. Considerou um curto prazo para envolver os candidatos a prefeito e a vereador, que no caso da capital ainda há a revisão do Plano Diretor Urbano em andamento. Descreveu a situação particular da capital ser uma metrópole com apenas 80 quilômetros quadrados e os municípios vizinhos passam por dentro da ilha para se descolarem, compondo uma interação e integração feita em função de um sistema viário, tendo os nós pontuais: o adensamento da cidade, a questão da expansão, que se não for tratada eminentemente pelos cinco municípios mais próximos dentro da Região Metropolitana da Grande Vitória ficará mais delicada a questão do crescimento. Disse que o CAU deve utilizar os canais de comunicação para dar ampla publicidade a este documento, realizando uma ação extremamente dinâmica para que haja uma maior permeabilidade por todos os órgãos de governo ou sociais. A conselheira **Clemir Meneghel** relatou que se sentiu contemplada por várias pessoas, principalmente na questão da assistência técnica. Concordou com a conselheira Regina Signorelli na questão do jargão "arquitetura e urbanismo para todos". Participou de duas revisões do Plano Diretor Urbano – PDU de Vitória, em 2006 e 2016 e constatou que a cidade está partida, onde há uma diferença entre o lado leste (uma orla urbanizada) e o lado noroeste da baía de Vitória. E que para enfrentar estas diferenças a prefeitura de Vitória busca regulamentar o PDU, com a participação da população, dos próprios órgãos públicos e das entidades. Disse que temos a proposta técnica, mas há uma barreira política para atravessar. E que está em uma grande batalha na prefeitura de Vitória para tentar implantar a outorga onerosa: tentar ter o recurso de uma área já consolidada para tentar implementar e distribuir esse desenvolvimento. Ressaltou que faltou no texto, a questão da assistência técnica, da representatividade e da forma. Não de capacitação, mas de uma eficaz representação dos conselhos, das universidades e das entidades para qualificar as participações e as discussões. Expressou o sentimento pela ausência do conselheiro federal Anderson Fioreti de Menezes para poder contribuir, até porque ele faz parte desse fórum. O presidente **Tito Carvalho** disse que é inevitável ao lermos esse documento e pensarmos nas provocações que nos faz, e que extrapolemos os objetivos dele. Fez alguns comentários em relação ao documento apresentado e convidou a reflexões sobre o objetivo desse documento e o papel do CAU. O cons. **Alberto Kirchmayer** entende que o papel do CAU tem que ir além de fiscalizar e neste momento não há como esperar do CAU com apenas cinco anos de existência, a mesma resposta de uma instituição que tem 80. A expectativa sobre o CAU é absolutamente diferente da expectativa quando se fala do CREA. Até porque nossa lei se propôs a evoluir, já que teve a oportunidade de ter como pano de fundo a lei 5.194/66. O presidente **Tito Carvalho** reforçou

que não tem como ter uma fiscalização que queira valorizar a cidade sem pensar na arquitetura e urbanismo. A reflexão sobre o papel do CAU é permanente e há a necessidade de dosagem entre o pragmatismo e a utopia: temos que ser pragmáticos, saber conversar com outro lado, mas tendo uma utopia como pano de fundo, pois são os arquitetos e urbanistas quem deve propor para a sociedade a cidade que ela merece. O presidente do Sindarq-ES, **José Carlos Loureiro** disse que a ideia do documento é genial e está bem colocada. Ressaltou que os custos para se ter médicos e professores no município são do governo federal. E igualmente ocorre com a questão da mobilidade e da assistência técnica, onde o recurso não passa pelo município, mas pelo estado. É preciso vender um escopo de ideias para os prefeitos e buscar recursos que já estão previstos ou são de competência dos governos estadual e federal. O presidente **Tito Carvalho** relatou sobre o desafio de conversar com os não arquitetos e urbanistas, cujo tema foi muito debatido nos seminários promovidos pelo Fórum de Presidentes do CAU e pela Comissão de Políticas Urbanas e Ambientais – CPUA-CAU/BR, em Brasília/DF. O primeiro seminário pensava nesse desenho da cidade, ministrado pelo arq. e urb. Gustavo Restrepo, que podemos trazê-lo para compartilhar essa informação, e no segundo seminário, o foco era apresentar este documento e conversar com outros segmentos da sociedade. Lembrou de algumas falas recentes sobre a questão da economia e como muda-la. Disse que "*a economia não fala do concreto, fala de uma expectativa futura*". Ela se transforma em algo agora. "*Por que a gente não pode vender para o prefeito uma expectativa futura e ser parceiro na busca de uma solução? Você precisa ter um equipe para captar recursos*". Ressaltou que é preciso debater com a Caixa Econômica Federal, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e com os prefeitos, através da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo – Amunes para que seja algo muito mais do que simplesmente entregar um documento e ir embora, ou seja, abrir mais uma frente de trabalho que tem: curto prazo, médio prazo, longo prazo, ação local, ação nacional, articulação com outros CAU/UF. O presidente do CAU/PE, **Roberto Montezuma** relatou que após várias reflexões no CAU/BR, chegou-se à conclusão de recuar e apresentar esta primeira estruturação do documento, e questionou se temos musculatura para reestruturar em curto espaço de tempo. Acredita que esse exercício deve ser realizado para que haja um simplificação para melhor entendimento dos prefeitos. Disse que todos os pontos relatados neste plenário tem pertinência e deve ser integrado e ajustado. Concordou com a fala do conselheiro Marco Romanelli, que disse que este documento é um regulamento e não um plano. **Roberto Montezuma** disse que nós mesmos temos que formar um pacto, pois não podemos nos dar ao luxo de perder essa oportunidade. Opinou favorável a sensibilização dos prefeitos para mostrar que somos políticos no sentido da política da arquitetura. Política no sentido de PPP: polis – pacto – projeto; mostrar que nós temos um projeto para a sociedade.

O arquiteto está na base, é generalizador. Ele é planejador. Este é o momento que a gente tem de ir melhorando e qualificando e ocupando esse papel histórico de uma profissão que pode voltar a ser profissão de estado. O conselheiro **André Luiz de Souza** relatou sua preocupação em apresentar este documento para os estudantes de arquitetura, cuja carga horária da área de planejamento urbano tem sido reduzida ao indispensável para cumprimento da lei, das regras e das resoluções do Ministério da Educação – MEC. E não vê discussão dentro das instituições de ensino a respeito da cidade. O conselheiro **Alberto Kirchmayer** disse que concorda plenamente com a fala do Roberto Montezuma, que não podemos perder essa oportunidade. E questionou quais são as possibilidades que temos: apresentar esse documento, modificar esse documento ou não apresentar documento nenhum? O presidente **Tito Carvalho** considerou os questionamentos pertinentes, apresentados pelo conselheiro Alberto Kirchmayer, e oportunizou aos conselheiros apresentarem propostas referentes ao questionamento. Após as contribuições dos conselheiros, o presidente **Tito Carvalho** submeteu duas propostas apresentadas pelo plenário a votação e aprovação: Montar agenda com os principais candidatos a prefeito para apresentação da carta ou Envio da carta aos candidatos. E após aprovação unânime do envio da carta aos candidatos, o presidente **Tito Carvalho** submeteu a votação e aprovação: se a carta seria enviada conforme recebida pelo CAU/BR ou se o CAU/ES construiria uma nova carta baseada naquela. Uma abstenção do conselheiro Marco Antônio Cypreste Romanelli, dois votos a favor da Carta personalizada pelo CAU/ES dos conselheiros: André Luiz de Souza e Regina Márcia Costa Signorelli e quatro votos a favor do conteúdo na íntegra da Carta do CAU/BR dos conselheiros Alberto Bernabé Kirchmayer, Ana Paula Rabello Lyra, André Tomoyuki Abe e Paulo César Mendes Glória. O presidente **Tito Carvalho** agradeceu o esforço pessoal do presidente Montezuma para estar aqui, ressaltou que este debate foi uma oportunidade fantástica, que essa troca de experiências foi enriquecedora. **ITEM VII - Outros assuntos** – Não houve outros assuntos para serem relatados nesta Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES. **ITEM VIII - Encerramento** - O presidente do CAU/ES, **Tito Carvalho** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a quadragésima segunda Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES. Para constar, eu, **Márcia Martins Angeli,** que após ouvir a gravação, lavrei a presente Ata, que será assinada por todos os conselheiros no exercício da titularidade, para que reproduza os efeitos legais.

Vitória, 23 de agosto de 2016.

Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho**
Presidente do CAU/ES

Márcia Martins Angeli
Responsável pela transcrição da Ata

Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**
Conselheira Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Alberto Bernabé Kirchmayer**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **André Luiz de Souza**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **André Tomoyuki Abe**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Marco Antônio Cypreste Romanelli**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Paulo César Mendes Glória**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Regina Márcia Costa Signorelli**
Conselheira Titular do CAU/ES